



DESAFIOS NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Brenda Fernanda Bezerra Tenório¹
brendafernandafisio@hotmail.com
José Claudio Bezerra Júnior¹
joseclaudiob.jc@gmail.com
Letícia Rodrigues dos Santos¹
nutrileticarodrigues@hotmail.com
Luciana Cristiane Santos Mandu²
lumandu2016@gmail.com

¹Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva Com ênfase em Gestão de Redes de Saúde, Escola de Governo de Saúde Pública de Pernambuco - ESPPE

²VI Gerência Regional de Saúde – Arcoverde, PE

INTRODUÇÃO

A territorialização é um processo dinâmico e processual, exigindo um olhar amplo que vai além das dimensões geográficas. A Política Nacional de Atenção Básica (2017) define territorialização como o processo de identificação de um território associado a uma unidade básica de saúde, considerando o aspecto físico e social, com a finalidade de estabelecer um planejamento descentralizado (Brasil, 2017).

É uma ferramenta essencial utilizada pelo Programa de Saúde da Família para compreender o território e efetivar as ações voltadas à população adscrita. Por meio desse processo, é possível, a partir da demarcação das áreas, organizar as ações dos serviços reconhecendo o ambiente e estabelecendo relações integradas com a rede de saúde e os serviços ofertados (Pereira e Barcellos, 2006).

A ênfase da territorialização na Atenção Primária à Saúde (APS) é evidenciada pela caracterização da população e os problemas que cercam a saúde. (Pessoa et al, 2012). Apesar da sua importância na elaboração de ações pelos profissionais da unidade básica de saúde, a territorialização pode enfrentar diversos problemas. Alguns desses desafios são a extensão territorial, a falta de acessibilidade e a carência de infraestrutura nas regiões mais afastadas dos centros, resultando em escassez de profissionais e insumos necessários para o atendimento do usuário (Rocha et al, 2020). Somado a isso, a dinâmica populacional dentro do mesmo território, devido às mudanças da população, pode ocasionar a sobrecarga do serviço em uma localidade e a subutilização em outra.

Por fim, a diversidade sociocultural pode apresentar-se como uma dificuldade na elaboração de estratégias eficazes, pois cada grupo caracteriza-se por necessidades diferentes (Santos e Rigotto, 2010). Além dos problemas citados, destaca-se a dificuldade de estabelecer um sistema de informação integrado e contínuo, capaz de contemplar o território em sua totalidade para assim compreender os seus entraves e potencialidades (Faria, 2019). Sendo assim, o objetivo deste estudo é descrever os desafios encontrados na territorialização em uma Unidade Básica de Saúde no município de Arcoverde vivenciada por residentes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo do tipo descritivo qualitativo no formato de relato de experiência, em relação a territorialização de uma unidade básica de saúde do município de Arcoverde realizado por residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva com Ênfase em Gestão de Redes de Saúde, da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco, ESPPE, no período de junho a julho de 2024. Foi utilizado como instrumento para esse processo a construção de um mapa falante, para fins de avaliação do rodízio da Atenção Básica.

Os dados foram obtidos em colaboração dos Agentes Comunitários de Saúde, a partir de visitas domiciliares, diálogo com usuários, moradores da comunidade, e informações das microáreas disponíveis no sistema de informação dos profissionais. O mapa foi construído utilizando os recursos



do Google Earth Pro e Google My Maps, baseado em um mapa já existente na unidade, unificando com as informações adquiridas ao longo dos dois meses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de territorialização teve início com a coleta de dados da área e do reconhecimento territorial, feito com o apoio dos Agentes Comunitários de Saúde, ACS, acompanhando-os nas visitas domiciliares em suas respectivas microáreas, que subsidiou a construção de um mapa falante. Alves, Borges e Garcia (2020) traz a territorialização como uma estratégia que não só delimita espaços, mas permite que se estabeleça uma conectividade e identificação entre a população, os profissionais de saúde e os serviços de saúde.

O território é dividido pela BR 232. De um lado, próximo ao centro da cidade, é composto por uma população de poder aquisitivo alto, casas de alto padrão e presença de saneamento básico. Do outro lado, próximo às serras que rodeiam a cidade, há uma população mais socioeconomicamente vulnerável, com ruas sem pavimentação e saneamento básico em alguns pontos, principalmente nos locais mais distantes da BR. A unidade de saúde é responsável por duas áreas na zona rural, ditas próximas da instalação da unidade, no entanto são áreas de difícil acesso.

A partir dessa experiência no território, foram observados alguns fatores que dificultaram a territorialização e, consequentemente, a construção do mapa falante, dentre eles, a recusa do cadastramento familiar, principalmente pelas famílias de maior poder aquisitivo. A ausência de cadastro de usuários leva a falta de acurácia dos dados, dificultando a organização de ações e fornecimento da quantidade adequada de insumos para a unidade do território. Sellera et al (2023) traz o cadastramento familiar como um dos fundamentos da estratégia de saúde da família (ESF), e que a partir dele permite-se conhecer as famílias adscritas, fornecendo informações para diagnóstico, e promovendo o vínculo entre a população e os profissionais.

Outro fator observado foi a dificuldade de acesso à área rural. A distância em relação à UBS é consideravelmente grande, e inviabiliza a ida do ACS ao local, adicionado a falta de transporte para os profissionais, que deveria ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde. Essa distância também evidencia a desproporcionalidade da extensão do território. Alguns usuários relatam que precisam se deslocar muito cedo para utilizar os serviços. Segundo Franco, Giovanella e Bousquat (2022), a população rural e de áreas remotas são diretamente prejudicadas em relação à acessibilidade de serviços de saúde, juntamente com a dificuldade de se estabelecer força de trabalho nessas partes do território.

Além das dificuldades citadas, durante a produção do mapa foi detectada a presença de várias zonas de risco, como lixo descartado inadequadamente, pontos de criação de animais, ruas sem pavimentação, canal de esgoto a céu aberto, terrenos baldios, casas em construção inacabadas ou abandonadas, entre outros, que contribuem para a vulnerabilidade da população, dos ACS e do próprio processo de territorialização, dificultando o acesso às áreas. Segundo Calistro et al (2021), esses pontos são determinantes de problemas de saúde pública e de segurança, visto que são propensos a se tornar foco de proliferação de mosquitos vetores de doenças, bem como podem servir de esconderijo para pessoas más intencionadas e criminosos.

Quando concluído o rodízio, como produto da territorialização, o mapa foi apresentado à equipe e foram sugeridas algumas ações nas quais proporcionam uma melhor utilização dos recursos de reconhecimento e identificação do território. O projeto também poderá ser utilizado para novos remapeamentos da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência desses desafios no processo de territorialização dificultam a cobertura assistencial e o acesso dos usuários aos serviços de saúde. A dificuldade de acesso pelos ACS às áreas de vulnerabilidades, a recusa do cadastro pelo cidadão, distância de microáreas na zona rural aliado à falta de transporte e a extensão do território de cobertura da UBS, foram os desafios territoriais mais encontrados.



O mapa falante contribuiu para a visualização das fragilidades territoriais, bem como para a criação de estratégias que visem a resolução destas. Diante da apresentação à equipe, o mapa será usado como guia para o novo mapeamento territorial e, também, para que seja acrescentado pela equipe novos registros de fragilidades encontradas.

Com isso, destaca-se a importância de estabelecer ferramentas que possam contribuir para a construção dessa territorialização de maneira a garantir uma eficácia das ações e visualização do território de uma maneira completa.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialização. Atenção Básica. Mapeamento

Referências

- ALVES, Júlio César Rabêlo; BORGES, Agostinho José Passos; GARCIA, Emerson Gomes. **Mapa digital no processo de territorialização da atenção primária à saúde: relato de experiência.** Revista Baiana de Saúde Pública, v. 46, n. 3, p. 364-373, 2022. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3604>. Acesso em 27 ago. 2024.
- CALISTRO, Monyelle de Oliveira et al. **Territorialização com uso de georreferenciamento e estratificação de vulnerabilidade social familiar na Atenção Básica.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 2141-2148, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n6/2141-2148>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- FARIA, Rivaldo Mauro de. **A territorialização da Atenção Básica à Saúde do Sistema Único de Saúde do Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, 25(11):4521-4530, 2020. DOI: 10.1590/1413-812320202511.30662018.
- FRANCO, Cassiano Mendes; GIOVANELLA, Lígia; BOUSQUAT, Aylene. **Atuação dos médicos na Atenção Primária à Saúde em municípios rurais remotos: onde está o território?.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 03, p. 821-836, 2023. Disponível em: scielo.br/j/csc/a/x7NR8bChCmSydSSjQXqK34c/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27 ago. 2024.
- PEREIRA, M. P. B.; BARCELLOS, C. **O território no programa de saúde da família.** Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 2, n. 2, p. 57-68, junho 2006.
- PESSOA, V. M., RIGOTTO, Raquel Maria, Carneiro, Teixeira, A.C.A. **Sentidos e métodos da territorialização na atenção primária à saúde: desvelando as relações produção, ambiente e saúde.** Cien Saude Colet [periódico na internet] (2012/Jun). [Citado em 26/08/2024]. Está disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/sentidos-e-metodos-da-territorializacao-na-atencao-primaria-a-saude-desvelando-as-relacoes-producao-ambiente-e-saude/10515?id=10515&id=10515&id=10515>
- ROCHA, Gilberto de Miranda; GODOY, Claudiana Viana. ROCHA, Emílio Chaves; SOARES, Daniel Araújo Sombra. **Desafios à territorialização da atenção básica à saúde em belém e região metropolitana: espaços de vulnerabilidade socioambiental.** REUMAM, V. 5, N. 1, 2020, ISSN online 2595-9239.
- SANTOS, Alexandre Lima; RIGOTTO, Raquel Maria. **Território e Territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde.** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 8 n. 3, p. 387-406, nov.2010/fev.2011.
- SELLERA, Paulo Eduardo Guedes et al. **Incentivo de capitação ponderada (Programa Previne Brasil): impactos na evolução do cadastro populacional na APS.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 09, p. 2743-2750, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9HGBxrtgLY57stVTJsxNMkm/>. Acesso em 27 ago. 2024.